

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM CAMPO GRANDE/MS¹

Marcia Aparecida de Castro Burgedurf Silveira Ferreira ²
Rafael Oliveira Fonseca ³

A questão ambiental, se tornou algo cotidiano na vida de todos, sobretudo em decorrência do agravamento das perspectivas atreladas a degradação do meio ambiente e os processos de produção causadores do mesmo, tornando imperativo a participação dos cidadãos na construção de um ambiente mais sustentável a longo prazo.

Podemos dizer que a busca por essa sustentabilidade define os limites de um conjunto de participante com suas práticas e ações educativas em um processo de diálogo, reforçando o sentimento de valores e responsabilidade (Jacob, 2003).

O desenvolvimento econômico não representa mais uma opção aberta, com possibilidades amplas para o mundo. A aceitação geral da idéia de desenvolvimento sustentável indica que se fixou voluntariamente um limite (superior) para o progresso material. Adotar a noção de desenvolvimento sustentável, por sua vez, corresponde a seguir uma prescrição política. O dever da ciência é explicar como, de que forma, ela pode ser alcançada, quais são os caminhos para a sustentabilidade [...] (Cavalcanti, 2001, p. 165)

É necessário que ocorra mudança no desenvolvimento humano e da natureza, implementando programas capazes de promover a Educação Ambiental (EA) e a importância das práticas de sustentabilidade e a mitigação dos impactos das nossas atividades ao ecossistema (Roos & Becker, 2012)

A Educação Ambiental (EA), pode ser compreendida, como um conjunto de ações que objetiva auxiliar na proteção e preservação do Meio Ambiente, formando cidadãos que compreendam suas responsabilidades cotidianas, por exemplo, por meio de seus hábitos de consumo (Jacob, 2003).

Logo, a EA possui vários objetivos, dentre os quais o de construir uma consciência ecológica em cada ser humano, preocupada com o ensejar a oportunidade de um conhecimento que permitisse mudar o comportamento relacionado à proteção da natureza (Bursztyn; Bursztyn, 2012).

¹ Este trabalho apresenta resultados de ações realizadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), coordenado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com fomento desta, por meio de Bolsa de Iniciação à Docência.

² Graduanda de Geografia Licenciatura na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), castroburgedurf@gmail.com.

³ Professor orientador: Doutor em Geografia Humana, Professor Adjunto na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), rafaelfonseca@uems.br

É patente que os jovens de hoje serão os responsáveis pelas ações econômicas, políticas e socioambientais do futuro, nesta perspectiva a Educação Ambiental se apresenta enquanto um processo de educação indispensável para as atuais e futuras gerações.

Neste contexto, destaca-se que todas as instituições de ensino têm a função de tratar dessa temática, conforme definido em Lei, devendo ser difundida de forma transversal, pois perpassa por todos os ramos do conhecimento (Brasil, 1999). Dessa maneira, com a difusão dos saberes integrados teremos cidadãos críticos, que compreendam, por exemplo, o funcionamento da estrutura de coleta e tratamento dos resíduos sólidos nas cidades brasileiras e o seu papel neste contexto, enquanto agente poluidor.

Tal perspectiva ganha corpo no Brasil a partir dos anos 1990 quando se iniciou a proposta de Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), mas somente a partir de 2007 foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei para tratar do assunto, até que em 2010 foi aprovada a PNRS em nosso país (Brasil, 2010)

Os resíduos sólidos são apenas parte das problemáticas abordadas na EA na busca da formação de cidadãos críticos, em relação as suas ações ambientais e sociais. Por isso, é considerada a uma perspectiva fundamental para mudar o comportamento cidadão, necessitando de avanços e transformação, devendo ser trabalhada como um tema transversal que perpassa por todo o currículo escolar, de forma interdisciplinar.

Ademais, a intensidade de descarte de resíduos sólidos em todo o país é um problema de difícil gestão (Campani, 2016), nesse sentido, este projeto buscou orientar os estudantes em relação a necessidade de (re)conhecer a importância e os processos de gestão de resíduos sólidos, desde seu conceito até o seu funcionamento na prática, seja no contexto geral, mas sobretudo local.

Em vista disso, durante o ano letivo de 2023⁴, na Escola Estadual Hércules Maymone, em Campo Grande/MS, desenvolvemos o projeto intitulado “Educação Ambiental e Gestão de Resíduos Sólidos”, específico para o 3º ano do Ensino Médio, visando proporcionar aos alunos um debate e apresentar conceitos e perspectivas sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos na capital sul-mato-grossense.

A pesquisa objetivou não apenas apresentar a questão da gestão de resíduos sólidos no município, mas também em analisar os principais pontos da PNRS, assim como o início de boas práticas no seu cotidiano e desenvolvendo o senso crítico.

⁴ No âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) 2022-2024, do curso de Geografia, da Unidade Universitária de Campo Grande da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Conforme destaca Santos (2006), é indispensável para os agentes que constituem o território, o seu reconhecimento, abarcando assim às dinâmicas da vivência, do cotidiano e até mesmo da identidade territorial.

Para isso, nossa metodologia se baseou inicialmente em pesquisas bibliográfica e documental, visando a compreensão de conceitos indispensáveis para o tema, bem como a coleta de dados sobre a gestão de resíduos sólidos em Campo Grande. Após, foi realizada a regionalização de algumas áreas no município, priorizando aquelas de moradia dos alunos, para a realização do mapeamento dos descartes irregulares, gerando um mapa final de irregularidades na gestão dos resíduos sólidos no contexto do território vivido.

Verificamos que o município de Campo Grande possui normativas que estabelecem as diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de Resíduos de Construção Civil (RCC) e Resíduos Volumosos, determina que esses resíduos devem ser dispostos à rede de Pontos de Entregas para pequenos Volumes (Ecopontos), limitados ao volume de 1 (hum) metro cúbico por descarga e devem ser encaminhados pelos próprios usuários (Campo Grande, 2021).

Atualmente o município conta com cinco Ecopontos distribuídos pela cidade em uma lógica periférica e radial, mas que não atendem todas as regiões e estão distantes de parte da população em vários quilômetros.

Apesar da existência de tais pontos de coletas adequados, o que se observa com frequência no perímetro urbano, conforme relatos dos alunos, são resíduos volumosos jogados em terrenos desocupados ou as margens dos córregos existentes na cidade, principalmente em bairros mais afastados da área central.

Logo, no âmbito do projeto, inicialmente os alunos analisaram como o município gerencia os seus resíduos sólidos, pesquisando, em todas as regiões urbana de Campo Grande, baseados em leituras, vídeos e matérias teóricos, como ocorre a coleta de resíduos urbanos, coleta seletiva, logística reversa, os resíduos volumosos, dentre outros fatores. Os mesmos apresentaram pesquisas escritas e realizaram apresentações orais por meio de seminários demonstrando como ocorre a coleta de resíduos urbanos, se existe na região estudada coleta seletiva, Ecopontos, logística reversa, suas funcionalidades etc.

Após essa fase e já tendo a compreensão da importância e complexidade dos processos que envolvem a gestão dos resíduos sólidos, bem como terem clareza das atribuições do poder público neste processo e dos cidadãos, os alunos passaram a pesquisar os descartes de resíduos volumosos (matérias de construção, móveis, eletrodomésticos, entre outros) em locais impróprios da cidade que fazem parte do seu território vivido do cotidiano.

A prática foi efetuada nos momentos em que os mesmos estavam fora do horário letivo e do ambiente escolar, tirando fotos dos resíduos e registrando os locais dos descartes irregulares, elaborando de certa forma um prévio mapeamento destes locais.

Não foi possível coletar tais informações em todo perímetro urbano, mas as áreas percorridas pelos alunos da respectiva turma já demonstram claramente o imenso desafio que se faz presente em relação a falta de consciência, condição, impunidade e até mesmo conhecimento por parte dos cidadãos sobre os locais regularizados para tal destinação correta de resíduos sólidos. Em suma, foram coletados 26 pontos de descartes irregulares nas regiões visitadas em algumas semanas.

Como resultado final, foi produzido um mapa compilando os dados coletados de todos os alunos da turma, destacando a localização dos descartes irregulares, bem como dos pontos de descartes regularizados, mostrando com clareza que é muito comum o registro de descartes irregulares mesmo em locais bem próximos ao Ecopontos.

Por fim, consideramos que a proposta foi significativamente produtiva, por envolver vários os alunos, a escola e outras professoras, apresentando o conhecimento teórico sobre elementos da educação ambiental e especificamente da gestão dos resíduos sólidos. Foi possível demonstrar que a problemática não é apenas no descarte irregular, mas em nossos hábitos de consumos, que ao se alterarem podem diminuir os impactos na gestão deste tipo de resíduo, minimizando a problemática na fonte dos resíduos.

Ficou claro que, de qualquer forma, há na atualidade uma indispensabilidade na separação dos resíduos sólidos, auxiliando a coleta seletiva e a geração de renda para profissionais do setor de reciclagem, assim como, que o descarte de resíduos sólidos volumosos devem ser realizados em locais adequados evitando a formação de pontos de lixo urbanos, a degradação do meio ambiente, proliferação de pragas urbanas, contaminação de solo e água etc.

Em conclusão, a produção do mapa coletivo acabou por oferecer também aos gestores públicos uma oportunidade de compreender, ao menos parcialmente, a problemática dos descartes irregulares em Campo Grande, de forma territorializada, ofertando subsídios para tomadas de decisões de suas ações públicas. Além disso, há possibilidades claras para o prosseguimento de pesquisas na área, pois inúmeras outras dúvidas surgiram, possibilitando o interesse discente por ações que perpassam não só pelo ensino, mas também pela pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Política Nacional de Resíduos Sólidos, Educação Ambiental, Descartes Irregulares, Campo Grande.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), bem como pelo fomento desta atividade, por meio de Bolsa de Iniciação à Docência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Casa Civil, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Casa Civil, 2010. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 12 ago. 2023

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAMPANI, D. B. A política nacional de resíduos sólidos e a sustentabilidade de nossa sociedade. In: AMARO, A. B.; VERDUM, R. (orgs.). **Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas Interfaces com o espaço geográfico: entre conquistas e desafios.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 13-21.

CAMPO GRANDE. Secretária Municipal do Meio Ambiente e Gestão Pública. **Resíduos da Construção Civil,** Campo Grande. SEMADUR/CG, 2021. Disponível em <https://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/canais/residuos-da-construcao-civil-rcc/>. Acesso em 10 ago. 2023.

CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 3.ed. São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

JACOBI, P.. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa,** n. 118, p. 189–206, mar. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>. Acesso em 10 ago. 2023.

ROOS, A.; BECKER, E. L. S. Educação Ambiental e Sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental,** [S. l.], v. 5, n. 5, p. 857–866, 2012. DOI: 10.5902/223611704259. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/4259>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.